



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ORDEM DE VOTAÇÃO ELABORADA EM 28/3/23.

O DOCUMENTO CONTÉM AS RELAÇÕES DE PREJUDICIALIDADE, CONSIDERANDO AS ORDENS POSSÍVEIS DE VOTAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 508/23

Ementa: Altera as Leis nº 9.074, de 18 de janeiro de 2005, e nº 11.216, de 4 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

Autoria: Executivo: Mensagem nº 3, de 03/03/2023.

ORDEM DE VOTAÇÃO

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
1.	EMENDA SUPRESSIVA Nº 2	Vereadoras Iza Lourença, Cida Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus	Suprime o art. 1º .	Ficam prejudicadas as emendas nºs 4 e 13.	—	Aprovação ou rejeição do projeto. Aprovação da Emenda Aditiva nº 4. Aprovação da Emenda Substitutiva nº 13.
2.	EMENDA SUPRESSIVA Nº 3	Vereadoras Iza Lourença, Cida Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus	Suprime o art. 6º .	—	—	Aprovação ou rejeição do projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
3.	EMENDA SUPRESSIVA Nº 5	Vereadoras Lourença, Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Patrus Iza Cida	Suprime o art. 3º .	Ficam prejudicadas as emendas nºs 7 e 10	—	Aprovação ou rejeição do projeto. Aprovação da Emenda Substitutiva nº 7. Aprovação da Emenda Substitutiva nº 10.
4.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1	Vereadoras Lourença, Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Patrus Iza Cida	Confere nova redação ao art. 7º : "Art. 7º - Esta lei entra em vigor após a aprovação em Conferência Municipal de Política Urbana.".	—	—	Aprovação ou rejeição do projeto.
5.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 7	Vereadoras Lourença, Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Patrus Iza Cida	Confere nova redação ao art. 3º onde altera a redação da alínea "a" do inciso II do art. 13 da Lei nº 11.216/20: "Art. 13 - (...) II - ... a) 0,4 para empreendimentos não residenciais e mistos situados em OP-3, dotados de fachada ativa e de área de fruição, conforme art. 36 da Lei nº 11.181, de 2019".	Fica prejudicada a emenda nº 5.	—	Aprovação ou rejeição do Projeto. Aprovação da Emenda Supressiva nº 5.
6.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 8	Vereadoras Lourença, Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Patrus Iza Cida	Confere nova redação ao art. 2º onde altera a redação do art. 12 da Lei nº 11.216/20: "Art. 2º - O art. 12 da Lei nº 11.216, de 4 de fevereiro de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: "Art. 12 - (...) Parágrafo único - Em todo empreendimento realizado em Belo Horizonte, 40% (quarenta por cento) da diferença entre o CABas e p CAmáx ou o CAcen somente poderão ser adquiridos por meio da ODC, exceto nos casos já em andamento na Secretaria Municipal de Política Urbana -	—	—	Aprovação ou rejeição do Projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
			SMPU - em que o volume de TDC adquirido ultrapasse 60% (sessenta por cento) da diferença.".			
7.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 10	Vereadoras Iza Lourença, Cida Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus	Confere nova redação ao art. 3º onde altera a redação da alínea "b" do inciso II do art. 13 da Lei nº 11.216/20: "Art. 13 - (...) II - (...) b) 0,4 para empreendimentos residenciais situados em OP-3, dotados de medidas de resiliência e sustentabilidade definidas na Tabela 7.1 do Anexo XII da Lei nº 11.181, de 2019, ou de cumprimento integral da Taxa de Permeabilidade no afastamento frontal."	Fica prejudicada a emenda nº 5.	—	Aprovação ou rejeição do Projeto. Aprovação da Emenda Supressiva nº 5.
8.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 12	Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença e vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus	Confere nova redação ao §8º do art. 14 da Lei 11.216/20, proposto pelo art. 4º : "(...) §8º - O saldo devedor de ODC em 1º de janeiro de cada exercício fica sujeito à correção monetária com base na taxa referencial do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo."	—	—	Aprovação ou rejeição do Projeto.
9.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 13	Vereador Fernando Luiz	Confere nova redação ao art. 1º : "Art. 1º - O art. 21 da Lei nº 9.074, de 18 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 21 - A construção de área acima do permitido pelo Coeficiente de Aproveitamento será passível de regularização, mediante aplicação dos instrumentos de superação do coeficiente de aproveitamento básico - CAbas -, definidos no § 2º do art. 45 da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, calculados sobre a área irregular construída. § 1º- Na aplicação de Outorga Onerosa do Direito de Construir, aplica-se, no que couber, a Lei nº 11.216, de 4 de fevereiro de 2020, inclusive a fórmula prevista em seu art. 13, sendo a Variável de Localização correspondente a 0,5. § 2º- Na aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 49	Fica prejudicada a emenda nº 2.	—	Aprovação ou rejeição do Projeto. Aprovação da Emenda Supressiva nº 2.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
			da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019."			
10.	PROJETO			Ficam prejudicadas todas as emendas, exceto a aditiva nº4.	Ficam prejudicadas todas as emendas.	—
11.	EMENDA ADITIVA Nº 4	Vereadoras Iza Lourença, Falabella, vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus Cida	Acrescenta parágrafo ao art. 21: " Art. 1º - [...] 'Art. 21 - [...] §2º - Nos casos em que a regularização disposta no caput deste artigo se der pelos instrumentos de TDC ou utilização de certificados de potencial adicional de construção - Cepacs, quando regulamentados em regime de OUC, o proprietário aportará 60% (sessenta por cento) do valor da operação ao Fundo Municipal de Habitação Popular - FMHP."	Fica prejudicada a emenda nº 2.	—	Rejeição do Projeto. Aprovação da Emenda Supressiva nº 2.

Emendas retiradas/anuladas

Emendas nºs 6, 9 e 11